

Acordos Marco Internacionais

Conferência Mundial Sobre Acordos Marco Internacionais (AMI)
Frankfurt am Main, Alemanha - em 26 e 27 de setembro de 2006

A Federação Internacional dos Metalúrgicos, a FITIM, vai realizar na próxima semana uma Conferência Internacional sobre os Acordos Marco Internacionais. A FITIM pretende apontar uma direção para o futuro desses acordos.

Os Acordos Marco Internacionais são negociados entre uma companhia multinacional e os sindicatos, federações e confederações que representam a sua força de trabalho. São uma ferramenta global com o propósito de ajudar no cumprimento dos direitos básicos dos trabalhadores em todas as unidades de uma empresa nos quatro cantos do mundo. Em alguns casos, as obrigações assumidas são extensivas aos fornecedores e a empresa obriga-os a cumpri-los.

A conferência fará recomendações para o Comitê Executivo da FITIM.

Na quarta-feira, dia 27 de setembro, a mesa que discutirá o ponto **6.2 Implementação dos acordos AMI** será presidida pelo nosso companheiro Valter Sanches, secretário de Organização da CNM/CUT. Veja abaixo os pontos que serão discutidos nessa mesa.

A FITIM publicou diversos documentos em sua página referentes à Conferência.

O Programa da Conferência (em português) pode ser obtido no seguinte endereço :
http://www.imfmetal.org/main/files/06081513522679/Agenda_Programme_por.pdf

Os Pontos para discussão estão, também em português, em :
http://www.imfmetal.org/main/files/06081514253879/Discussion_points_por.pdf

O Documento Base da Conferência em português ainda não estava disponível na página da FITIM quando do fechamento deste boletim. Ele pode ser obtido em espanhol desde
http://www.imfmetal.org/main/files/06081514015679/Background_document_spanish-final.pdf

Pontos para Discussão

“Os pontos seguintes para discussão dos quatro pontos principais na ordem do dia da Conferência Mundial sobre Acordos AMI devem servir de orientação para lançar o debate sobre o rumo futuro dos acordos AMI.

4.1 Melhorar o conteúdo dos acordos AMI

- Devemos visar acordos menos numerosos mas melhores?

Pontos para discussão:

- * Quais são as consequências da assinatura de acordos fracos?
- * Quais são as considerações a levar em conta antes de decidir assinar ou não um acordo AMI?
- * Antes de assinar acordos adicionais, devemos levar em conta o que isso implica em matéria de recursos e de capacidade?
- * A FITIM deveria tentar negociar ou abandonar acordos que não estão à altura do acordo modelo da FITIM?
- * Como reagir às empresas que recusam reconhecer a FITIM como signatária do acordo?

- Qual padrão de acordo a FITIM deve concordar em assinar?

Pontos para discussão:

- o Um acordo AMI deve satisfazer exigências mínimas antes de ser assinado pela FITIM?
- o O que deve estar incluído nas exigências mínimas?
 - * Todos os padrões mínimos laborais, identificados por seu número?
 - * A obrigação para os fornecedores de implementar o acordo AMI?
 - * Conteúdos adicionais tirados do acordo AMI modelo da FITIM?
 - * Todas as cláusulas do acordo AMI modelo da FITIM?
 - * Assinatura da FITIM?
- o Os acordos AMI devem incluir linguagem relativa a questões laborais nacionais específicas?
- o Como impedir, graças ao conteúdo dos acordos AMI, que as empresas usem a legislação nacional para evitar seus compromissos com os Padrões Mínimos Laborais expressos no acordo AMI?

5.2 Lançar e negociar acordos AMI

- É possível melhorar a maneira usada até agora de negociar os acordos AMI?

Pontos para discussão:

Qual é o papel dos atores seguintes para lançar, negociar e assinar um acordo AMI:

- * Filiados no país de origem,
- * Filiados fora do país de origem,
- * conselhos trabalhistas europeus,
- * conselhos trabalhistas mundiais,
- * FETIM,
- * Outras Federações Sindicais Mundiais (FSM) e/ou Orgs Não-Governamentais (ONG)

- Como construir a solidariedade internacional durante a etapa de negociação?

Pontos para discussão:

- * Devemos abordar uma transnacional antes de determinar a presença e a força sindical nas atividades da companhia?
- * Como envolver uma maior variedade de sindicatos desde o início?
- * Quem é responsável pela identificação, informação e envolvimento dos sindicatos pertinentes no processo de negociação?

- É possível negociar acordos AMI fora da Europa?

Pontos para discussão:

- * Os acordos AMI representam um fenômeno puramente europeu?
- * Como negociar acordos AMI com empresas hostis aos sindicatos?

- Seria benéfico para os trabalhadores metalúrgicos visar empresas específicas para um acordo AMI?

Pontos para discussão:

- * Sobre qual base selecionar as empresas visadas?
- * Uma vez selecionada, que estratégia usar para abordar a empresa visada?
- * De que força coletiva precisamos para visar uma empresa específica? Possuímos essa força?
- o O que acontece se não conseguirmos assinar um acordo com uma empresa visada?

6.2 Implementação dos acordos AMI

- O que esperamos ganhar da implementação dos acordos AMI?

Pontos para discussão:

- * O que a FITIM pode esperar da implementação de um acordo AMI?
- * Como construir a solidariedade internacional através da implementação de acordos AMI?
- * Quais são as oportunidades e desafios do uso de um acordo AMI para organizar os trabalhadores?
- * O que significa a implementação de um acordo AMI para os fornecedores?
- * Como visar fornecedores onde os trabalhadores não estão organizados?
- * Qual é o efeito da formulação da cláusula relativa aos fornecedores do acordo AMI?

- O que envolve a implementação dos acordos AMI?

Pontos para discussão:

- o Qual é o papel das várias partes interessadas na implementação dos acordos AMI:
 - * FITIM

- * FITIM
- * Conselhos Trabalhistas Europeus
- * Comitês Mundiais de Empregados
- * Sindicatos nacionais
- * Representantes dos trabalhadores a nível de usina
- * Administração da empresa
- * Representantes dos trabalhadores em comitês de supervisão
- * Organizações Não-Governamentais (ONGs)

o O que deve ser feito para assegurar uma implementação eficaz dos acordos AMI?

o Como assegurar que os filiados estejam conscientes de abusos pelas transnacionais e seus fornecedores e nos informem sobre esses abusos?

o Como a FITIM pode apoiar esse trabalho?

o Existe um papel para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo oferecendo uma formação sobre os Padrões Mínimos Laborais?

o Quais são as implicações em matéria de recursos para a FITIM e seus filiados?

• Até que ponto podemos esperar que as companhias implementem os acordos AMI?

Pontos para discussão:

o Que obrigações as companhias devem assumir:

- * Distribuir cópias do acordo numa língua apropriada a todos os

gerentes e empregados? Dentro de que prazo?

- * Informar os fornecedores sobre os termos do acordo?

- * Fornecer listas de fornecedores aos sindicatos?

- * Demonstrar que as políticas da companhia cumprem com o acordo AMI?

o Essas obrigações devem ser inscritas no acordo AMI?

7.1 Aplicação dos acordos AMI

• Que mecanismos podemos usar para aplicar os acordos AMI?

Pontos para discussão:

o De que mecanismos dispomos para assegurar que as empresas respeitem os princípios dos acordos AMI?

o Que remédios estão disponíveis para os sindicatos quando um acordo AMI é violado?

o Precisamos concordar sobre diretivas sobre o tratamento de denúncias?

o Como assegurar que infrações não se produzam em locais sem representação sindical?

o Como a solidariedade pode e deve ser usada para forçar as empresas a respeitar os acordos AMI?

o Como assegurar o reconhecimento e o respeito dos padrões mínimos laborais pelas empresas, além e acima de uma fraca legislação nacional?

o Se o acordo AMI não é respeitado, em que momento a FITIM se retira do acordo?

São as seguintes as multinacionais do ramo metalúrgico que já assinaram Acordos Marco internacionais:

Empresa	Ano	País	Ramo
Merloni (Indesit)	2001	Itália	Eletrodoméstico
Volkswagen	2002	Alemanha	Automotivo
DaimlerChrysler	2002	Alemanha	Automotivo
LEONI	2002	Alemanha	Fios e cabos
GEA	2003	Alemanha	Eletromecânica
SKF	2003	Suécia	Rolamentos
Rheinmetall	2003	Alemanha	Autopeças
Bosch	2004	Alemanha	Automotivo
Prym	2004	Alemanha	Eletroeletrônico
Renault	2004	França	Automotivo
Röchling	2004	Alemanha	Autopeças
EADS	2005	França	Aeroespacial
BMW	2005	Alemanha	Automotivo
Arcelor	2005	Luxemburgo	Siderurgia
PSA Peugeot Citroën	2005	França	Automotivo

Crise da Ford nos EUA trava planos no Brasil

Marli Olmos

O anúncio da ampliação no número de demissões de 30 mil para 44 mil nos Estados Unidos e Canadá confirma que os problemas da Ford se concentram no seu berço, a América do Norte. As operações na Europa, Ásia e América do Sul estão livres do plano de enxugamento. Mas não de seus reflexos. A fábrica da Bahia opera acima da capacidade máxima há mais de um ano. Mas a empresa não anunciou ainda nenhum programa de investimentos para ampliar essa estrutura ou mesmo para renovar a linha de modelos daquela unidade.

A direção da Ford no Brasil frequentemente afirma que está agora concentrada no projeto de produção de um novo carro compacto na fábrica de São Bernardo do Campo, que deverá ser lançado no final do próximo ano.

Esse projeto é aguardado como a solução para não apenas ajudar a montadora a elevar a participação no mercado brasileiro (a Ford ocupa o quarto lugar, com 11% das vendas de veículos leves) como também sustentar a atividade da antiga fábrica do ABC, que tem 3,1 mil funcionários.

Já a fábrica de Camaçari (BA), projeto que serviu de impulso para a Ford reverter uma crise financeira que se arrastava no Brasil desde o fim da Autolatina (fusão com a Volkswagen) há mais de 10 anos, precisa de investimentos para crescer.

O último lançamento de um veículo produzido na Bahia, o EcoSport, foi em 2003, um ano depois da chegada do Fiesta, carro que marcou a inauguração do empreendimento que consumiu US\$ 1,2 bilhão em investimentos, sustentados numa série de incentivos fiscais federais e estaduais. O mais recente lançamento da Ford no Brasil é o Fusion, um sedã médio de luxo fabricado no México.

O desempenho da fábrica baiana, motivo de orgulho para o grupo Ford e referência de solução de manufatura para a comunidade automotiva, foi melhor do que esperava a Ford. Enquanto a companhia sofre com excesso de capacidade nos Estados Unidos, na Bahia foi necessário recorrer a ajustes técnicos para conseguir superar a sua capacidade máxima de 250 mil veículos por ano. A empresa superou a capacidade dois anos antes do previsto.

Na sexta-feira, a matriz da Ford anunciou um plano para as fábricas da América do Norte que acrescenta o corte de 14 mil empregados às 30 mil demissões divulgadas anteriormente. Isso significa reduzir a força de trabalho naquela região em um terço.

A montadora também decidiu suspender o pagamento de dividendos trimestrais em suas ações ordinárias. Com esse enxugamento, que levará dois anos, a companhia não espera obter lucratividade nas operações norte-americanas antes de 2009.

Numa direção oposta, as operações da Ford na América do Sul alcançaram lucratividade pelo décimo trimestre consecutivo no período de abril a junho. O lucro numa região em que o Brasil tem peso próximo de 70% chegou a US\$ 95 milhões. A receita totalizou US\$ 1,3 bilhão. No mesmo período, as operações da Ford na Europa e Ásia também fecharam com lucro.

No comunicado divulgado para detalhar os novos cortes na América do Norte, a Ford revelou que espera mais lucros na América do Sul e Europa no final de 2006. Mas conta com prejuízos não apenas nas operações da América do Norte como também na região da Ásia-Pacífico.

Nos Estados Unidos, o novo lote de 14 mil demissões atinge os trabalhadores da área administrativa. Em janeiro, a companhia já havia anunciado um plano de eliminação de 30 mil empregos e fechamento de 14 fábricas na América do Norte. Agora, o número de fábricas que encerrarão as atividades chega a 16.

A empresa anunciou que os cortes contribuirão para reduzir os custos em US\$ 5 bilhões. Segundo comunicado distribuído também no Brasil, a montadora pretende renovar 70% da gama de modelos na América do Norte até o final de 2008.

As tentativas de reestruturação na Ford nos Estados Unidos já somam cinco anos. O processo tem sido comandado por Bill Ford, presidente do conselho e bisneto de Henry Ford, fundador da companhia e o homem que inventou a linha de montagem. (*Valor*, 19.09.2006)

Comércio sem ilusões

A reunião do G-20 confirma a mudança dos termos das negociações comerciais

Pascal Lamy, o diretor-geral da OMC, viu na reunião do G-20, no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 deste mês, acompanhada por representantes de outros países, a chance de reparar o grave acidente que atingiu seu projeto. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, falou em tirá-lo da UTI, Susan Schwab, representante dos EUA, em ressuscitá-lo, e Peter Mandelson, comissário do comércio da União Europeia (UE), que ele não está moribundo.

Mas talvez não valha a pena iludir o paciente. Apesar da proposta de mais uma reunião da OMC, em março de 2007, o saldo do Rio foi uma declaração conjunta do G-20 – grupo que hoje reúne 23 países –, endossada também por outros grupos de países periféricos, para reafirmar a exigência de que as nações ricas demonstrem “disposição de implementar medidas que eliminem distorções no comércio e promovam a abertura significativa de seus mercados”.

Parece mais realista considerar este o primeiro encontro de um ciclo pós-Doha, com expectativas e reivindicações mais ajustadas a um mundo que se recusa a se encaixar no ideal de globalização imaginado pelo neoliberalismo dos anos 90.

A história da Rodada de Desenvolvimento de Doha alternou fracassos e ilusões. Em Seattle, em 1999, a primeira reunião ministerial da OMC para buscar a redução geral de barreiras e tarifas e a universalização do mercado de serviços e das normas estadunidenses de propriedade intelectual foi inviabilizada por manifestações de rua, continuadas em Praga, Davos, Quebec e Gênova.

Dois anos depois, em novembro de 2001, o processo foi reinaugurado e rebatizado em Doha, capital do isolado emirado de Qatar, para o qual só os credenciados pela OMC – agora engrossados pelos representantes da China e Taiwan, recém-admitidos – puderam conseguir vistos. Longe do povo e ao abrigo do excepcional aparato de segurança pós-11 de Setembro, só era possível ouvir a retórica do livre-comércio e da coalizão global contra o terrorismo.

A imprensa foi quase unânime ao considerá-la um grande sucesso e relevar o adiamento de compromissos substantivos. Mas, na prática, o fim da euforia com a “nova economia” e a globalização, o agravamento dos desequilíbrios comerciais entre os EUA e o resto do mundo e o ressurgimento dos nacionalismos – inclusive o estadunidense – já riscavam a abolição de subsídios e barreiras protecionistas das agendas políticas reais. Desaparecia a convicção de que novas oportunidades compensariam os empregos e investimentos perdidos para concorrentes estrangeiros.

O G-20 aponta para um projeto mais realista e menos injusto que o dos anos 90

Isso só ficou à vista na reunião de Cancún, em 2003. A tentativa de traduzir em termos materiais o suposto consenso de Doha desmoronou em quatro dias, escancarando o abismo entre as expectativas dos países centrais liderados pelo G-7, as da “classe média” de países periféricos com perspectivas de desenvolvimento representados pelo G-20 (liderados por Brasil, China, Índia e África do Sul) e as dos vários grupos de países muito pobres.

As reuniões de Genebra (agosto de 2004) e Paris (maio de 2005) chegaram a alguns cortes simbólicos de subsídios e, em Hong Kong (dezembro de 2005), países ricos chegaram a prometer extinguir os subsídios agrícolas até 2013 e abrir mercados às exportações dos mais pobres. Lamy pensou ver luz no fim do túnel: “Agora acredito que seja possível, o que não diria um mês atrás”.

Mas, em 24 de julho deste ano, a reunião seguinte, novamente em Genebra, terminou em fracasso. Tão fragoroso quanto a da reunião de Cancún, embora o noticiário sobre a ofensiva de Israel no Líbano tenha abafado o seu colapso.

A posição inicial dos EUA e da UE foi de não negociar reduções mais substanciais no seu próprio protecionismo – principalmente os subsídios agrícolas – antes que as oportunidades de negócios para suas transnacionais fossem efetivamente ampliadas. O G-20, por sua vez, exigiu compromisso prévio dos ricos com maior redução de subsídios antes de quaisquer concessões. A UE aceitou melhorar sua oferta, mas os EUA recusaram-se a acompanhá-la. Alegaram que não valeria a pena ceder mais nada em troca de uma “Doha Light”, que não atenderia às suas exigências de abertura total para seus serviços, indústrias e patentes.

Saída desse impasse não houve e dificilmente haverá, mesmo que o Congresso dos EUA prorrogue a autorização à Casa Branca. (Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa) (*Carta Capital* n° 411, 19.09.2006)

Suécia : Após 12 anos, direita assume governo

O social-democrata Goran Persson renunciou ontem ao cargo de primeiro-ministro da Suécia, depois de a aliança de centro-direita de Fredrik Reinfeldt vencer com 48,1% dos votos as eleições do fim de semana. A aliança obteve 178 das 349 cadeiras do Parlamento, pondo fim aos 12 anos de era social-democrata. Reinfeldt prometeu um Estado do bem-estar social que estimule o emprego com menos benefícios e impostos.

Estocolmo alia modelo social à globalização

Newton Carlos

As eleições na Suécia envolvem duas concepções de Europa, a liberal e a social. A primeira sustenta que os mecanismos competitivos da globalização tornaram inviável o Estado de bem-estar na dimensão alcançada depois da Segunda Guerra. Significa decretar como enferrujados os instrumentos que acabaram com a pobreza na Europa de modo exemplar, sem traumas revolucionários.

Com desemprego acima dos 10% e crescimento comprimido, a Alemanha começou a desmontar o Estado-previdência quando a chefia do governo ainda estava só nas mãos da social-democracia. Foi mudada a legislação sobre indenizações com incidência em períodos longos. Com menos encargos, as empresas contratariam mais.

Milhares saíram às ruas para protestar contra o que um ministro alemão chamou de "mãe de todas as reformas", parodiando Saddam Hussein. Mas ela acabou entrando em vigência em meio à indiferença e resignação total, o que não livrou seus autores de castigo nas urnas e de terminar de mãos dadas com a direita liberal num governo de coalizão.

A desmontagem continua em pauta. Na França, onde os níveis do "welfare" voam alto, aliança entre estudantes e trabalhadores conseguiu evitar que fossem "flexibilizadas" as contratações de jovens, em compasso com a mudança de velocidade recomendada pelo britânico Tony Blair. As sentenças de situação inviável seguem de pé e com fôlego se recompondo.

As eleições na Suécia colocam em evidência o que Stéphane Boujnah definiu como "o inoxidável modelo sueco". Ele estaria mostrando que é possível a convivência entre proteção social e economia competitiva.

Os social-democratas, no poder na Suécia desde 1994 e quase sempre ao longo dos últimos 80 anos, podem até perder. O jovem líder da coligação conservadora, Fredrik Reinfeldt, arquivou antigas idéias antiwelfare de seu partido e promete mudar muito pouco. Nada de cortes nos serviços públicos e juras de manutenção de impostos "distributivos" altos.

Embora o desemprego oficial de 6% seja um dos temas de maior incidência na campanha eleitoral, ele não é alto em termos europeus. A economia se mantém vigorosa, com crescimento anual de 4,5%. Ao contrário das demais europeias, as suecas têm mais filhos, amparadas no melhor atendimento universal a mães e filhos.

Partiu da Suécia o neologismo "flexsecurity" -ou "flexsegurança". O país obteve como grande conquista os meios de conservar a segurança das pessoas dando, ao mesmo tempo, a flexibilidade necessária à economia. O modelo sueco é copiável? País pequeno, 80% da mão-de-obra sindicalizada, etc. Em campo sobretudo, destacam analistas, um forte "espírito cívico", coisa com altos índices de inexistência no resto do mundo. Mas a Suécia garante a presença do social na globalização. *(Folha de S.Paulo, 17.09.2006)*

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos
Metalúrgicos – CNM-CUT
Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes
<http://www.cnmcut.org.br>